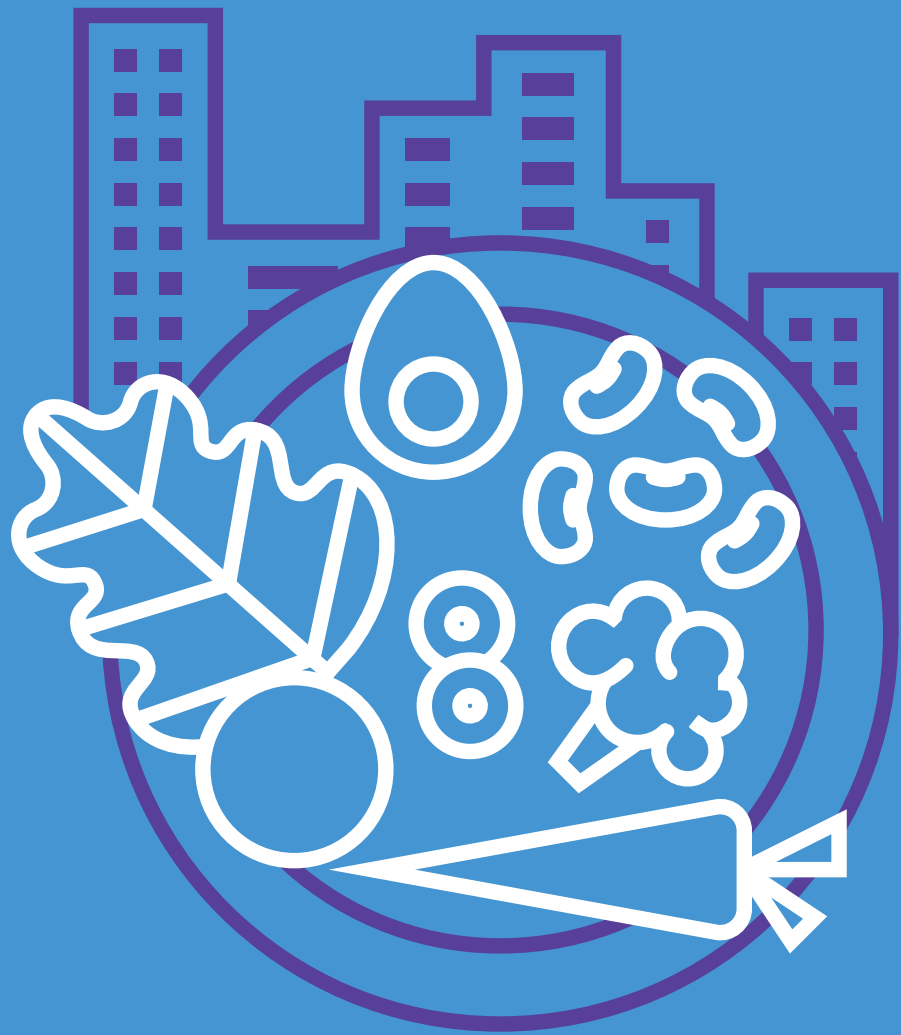


POLICY BRIEF

Promoção da saúde e a produção de alimentos nas cidades



ABRIL 2024

7

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO
DE SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

 **INSTITUTO
ESCOLHAS**

POLICY BRIEF

Promoção da saúde e a produção de alimentos nas cidades

Autores:

Instituto Escolhas e Cátedra Josué de Castro

Este é o sétimo título da série Policy Brief do Instituto Escolhas, cujo objetivo é apresentar análises e recomendações sobre temas centrais da transição brasileira para uma economia de baixo carbono. O documento traz a síntese dos resultados de uma análise realizada conjuntamente pelas equipes do Instituto Escolhas e da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis.

Instituto Escolhas: Jaqueline Ferreira e Juliana Luiz

Cátedra Josué de Castro: Mayra Figueiredo Barata, Nadine Marques Nunes Galbes, Ana Paula Bortoletto Martins, Estela Catunda Sanseverino e Ricardo Abramovay

O detalhamento dos dados de saúde e alimentação utilizados neste policy brief está disponível em escolhas.org e catedrajc.fsp.usp.br.

As opiniões e os argumentos aqui expostos não refletem, necessariamente, a visão dos conselheiros do Instituto Escolhas.



Em 2023,

78,6%



dos adultos residentes nas capitais brasileiras não comiam a quantidade mínima de frutas, legumes e verduras recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 400g/dia/pessoa.

Promover a saúde da população é um grande desafio em nosso país e enfrentá-lo requer ações diretamente relacionadas à alimentação saudável. Esse desafio é ainda maior nas cidades mais populosas, uma vez que 115 milhões de brasileiros moram em grandes centros urbanos com mais de 100 mil habitantes¹. Como garantir, então, a oferta de alimentos saudáveis, com preços acessíveis e produzidos de forma sustentável para tantas pessoas?

Os 27,4 milhões de pessoas que passavam fome no Brasil em 2022 – ou 83% do total de pessoas nessa situação² – residiam em centros urbanos. Hoje, 33,5 milhões de famílias que estão inscritas no CadÚnico³ – cadastro utilizado pelo governo federal para identificar famílias de baixa renda e promover o acesso delas aos programas sociais – se encontram em domicílios urbanos.

Em 2023, 78,6% dos adultos residentes nas capitais brasileiras não comiam a quantidade mínima de frutas, legumes e verduras recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 400g/dia/pessoa⁴. Apenas 19% do total dos produtos alimentares adquiridos pelos domicílios (pessoa/ano/kg) foi de frutas, legumes e verduras em 2018⁵, ao passo que o consumo de alimentos não saudáveis, como os ultraprocessados, se intensificou⁶.

A má alimentação contribui para o aumento dos índices de excesso de peso e obesidade, além de ser fator de risco⁷ para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) – como todos os tipos de câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias.

¹ IBGE. *Censo demográfico 2022*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-dos-domicilios>. Acesso em: 1 abr. 2024.

² REDE PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II Vigisan, 2022*. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

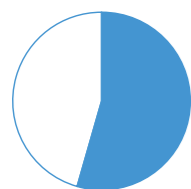
³ SAGICAD. *Total de famílias inscritas no CadÚnico, Domicílios do CadÚnico por local (urbano/rural)*. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SAGICAD>. Acesso em: 1 abr. 2024.

⁴ MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Vigitel Brasil 2023*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico/view>. Acesso em: 1 abr. 2024

⁵ IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 2017–2018*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=downloads>. Acesso em: 1 abr. 2024.

⁶ LOUZADA et al. *Consumption of ultra-processed foods in Brazil: distribution and temporal evolution 2008–2018*. *Revista De Saúde Pública*, 57(1), 12. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004744>. Acesso em: 11 abr. 2024.

⁷ Entre os fatores de riscos comportamentais para adoecimento por DCNT estão: tabagismo, consumo de álcool, inatividade física e alimentação não saudável.



54,7%

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) foram a principal causa de óbitos no Brasil em 2019.

No Brasil, em 2019, 96 milhões de pessoas adultas apresentavam excesso de peso e 41 milhões, obesidade, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)⁸, ⁹. Ainda de acordo com a PNS, 50,9% da população brasileira tinha pelo menos uma DCNT em 2019.

As DCNT foram a principal causa de óbitos no Brasil, alcançando 54,7% das mortes registradas no país em 2019¹⁰. Nesse mesmo ano, os gastos diretos com doenças crônicas não transmissíveis (hospitalares e ambulatoriais) atingiram a cifra de R\$ 6,8 bilhões, dos quais 22% (R\$ 1,5 bilhão) são atribuídos ao excesso de peso e à obesidade¹¹.

Fortalecer e ampliar a produção de alimentos nas cidades e em seu entorno pode ser a chave para disponibilizar alimentos frescos, saudáveis, diversificados, em quantidades adequadas, produzidos de forma sustentável e financeiramente acessíveis, contribuindo, assim, para a promoção da saúde da população.

8

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde - 2019*. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/02/liv101758.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

9

O excesso de peso é diagnosticado quando o índice de massa corporal (IMC = peso em kg/altura²) alcança valor igual ou superior a 25 kg/m², enquanto a obesidade é diagnosticada com valor de IMC igual ou superior a 30 kg/m².

10

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Plano DANT 2021-2030*. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

11

A epidemia de obesidade e as DCNT - causas, custos e sobrecarga no SUS. Disponível em: <https://rezendelfm.github.io/obesidade-e-as-dcnt/>. Acesso em: 1 abr. 2024.



Produção em área não-edificada em igreja no bairro Mercês, em Curitiba. Foto: Acervo Instituto Escolhas/ Ecorural, 2023.





Área de produção agroflorestal e extrativista no bairro Guabiraba, em Recife. Foto: Acervo Instituto Escolhas/Ecorural, 2023.

Estudos anteriores do Instituto Escolhas mostram que existe agricultura nas cidades e revelam o potencial da produção de alimentos em meio urbano. O fortalecimento e a ampliação da produção de alimentos...

Observação: as metodologias de cálculo de áreas potenciais e de produção variam em cada estudo. Para mais detalhes, veja as publicações na íntegra em escolhas.org.

...na região metropolitana de São Paulo abasteceria **20 milhões** de pessoas com legumes e verduras todos os anos.

...em Belém produziria:

19.405 toneladas de hortaliças e macaxeira, em

344 hectares de espaços ociosos, e abasteceria

1,7 milhões de pessoas por ano

...no Rio de Janeiro produziria:

10.873 toneladas de legumes e verduras, em

168 hectares de espaços ociosos, e abasteceria

372.376 pessoas por ano

...em Curitiba produziria:

19.438 toneladas de legumes e verduras, em

301 hectares de espaços ociosos, e abasteceria

551.910 pessoas por ano

...no Recife produziria:

5.215 toneladas de legumes e verduras, em

80 hectares de espaços ociosos, e abasteceria

252.424 pessoas por ano

Capitais brasileiras analisadas neste estudo:



Quando o alimento é produzido perto dos consumidores, há uma potencial redução dos custos de transporte e comercialização, que se reflete no preço final. Circuitos curtos de comercialização estimulam a venda direta dos alimentos produzidos pelos agricultores locais aos consumidores das cidades sem a necessidade de muitos intermediários ou deslocamentos.

A oferta de alimentos frescos, saudáveis, baratos e em quantidade adequada para a população é, sobretudo, um desafio para os territórios periféricos urbanos e em situação de maior vulnerabilidade e risco social. Para além da questão crucial de conseguir comprar o alimento, as populações desses territórios, muitas vezes, se deparam com uma baixa presença de estabelecimentos que vendem produtos in natura, enquanto predominam aqueles que vendem produtos ultraprocessados^{12, 13}. O estímulo à produção de alimentos nesses territórios tem grande potencial de contribuir para a geração de renda, o combate à fome, a promoção da segurança alimentar e nutricional e a promoção da saúde, principalmente para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.

A seguir, apresentamos o panorama atual do consumo alimentar e do estado de saúde das populações de seis capitais distribuídas nas cinco regiões do país. Com base nessas análises e em estudos anteriores, listamos uma série de recomendações para uma eficaz interconexão entre produção local de alimentos e estratégias de promoção da saúde por meio da alimentação saudável.

¹² Os alimentos ultraprocessados são aqueles de fabricação feita, em geral, em indústrias de grande porte, envolvendo diversas etapas de processamentos e muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, óleos, gorduras e substâncias sintetizadas em laboratório a partir de outras fontes orgânicas. Além disso, são nutricionalmente desbalanceados. Alguns exemplos são guloseimas, bebidas adoçadas natural ou artificialmente, produtos congelados para aquecer, salgadinhos, macarrão instantâneo etc. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia alimentar para a população brasileira*. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: 1 abr. 2024.

¹³ CAISAN. *Estudo técnico: Mapeamento dos desertos alimentares no Brasil*. Brasília, 2018.

Alimentos saudáveis fora do cardápio

A pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel)¹⁴ de 2023 e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)¹⁵ de 2019 alertam para o baixo consumo de frutas, legumes e verduras da população brasileira: entre 63% e 68% da população das 27 capitais brasileiras (incluindo o Distrito Federal) não consome regularmente esses alimentos (cinco ou mais dias da semana). O percentual de pessoas que não atingem o consumo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – 400g/dia/pessoa – é ainda mais alto, de 78%, segundo a pesquisa Vigitel 2023.

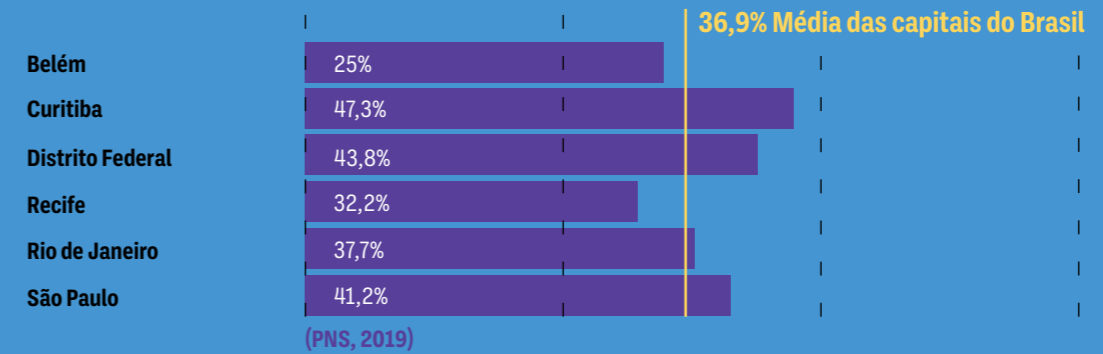
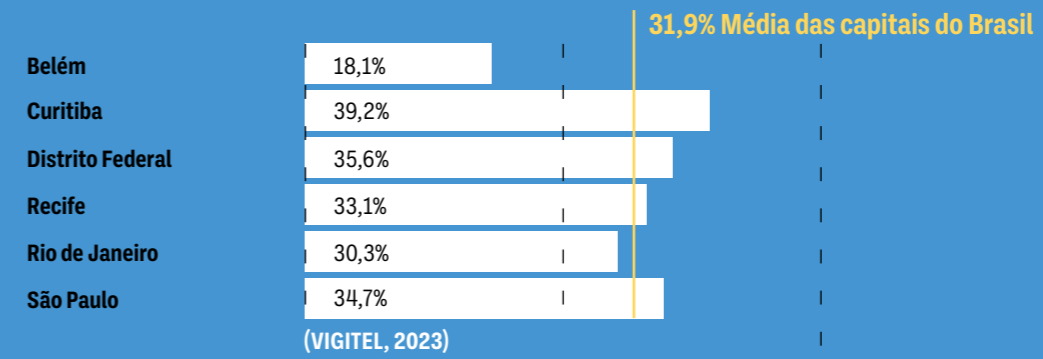
¹⁴ A Vigitel representa apenas a população adulta das 26 capitais estaduais e Distrito Federal. O inquérito foi iniciado em 2006, passando por algumas mudanças metodológicas ao longo dos anos, até a 17ª edição de 2023. Entre as mudanças estão alterações no tamanho da amostra de cada cidade, concentração das entrevistas em determinados meses do ano e a inclusão de entrevistas por celular. A pesquisa alerta sobre o potencial impacto dessas alterações nos valores obtidos e para fins comparativos.

¹⁵ A PNS tem abrangência nacional e base domiciliar. Até o momento, conta com duas edições: 2013 e 2019. A PNS é a maior e mais completa pesquisa de saúde do país.

Frutas e hortaliças



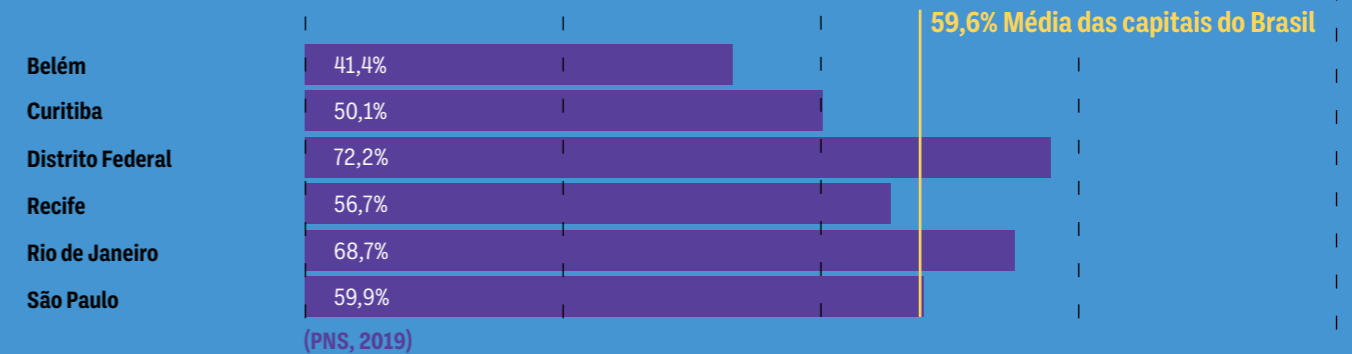
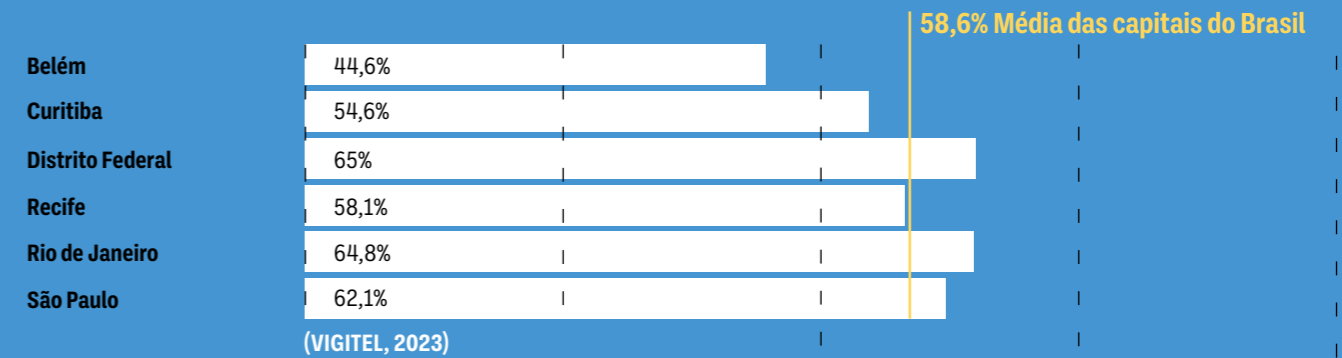
Percentual de adultos com consumo regular (cinco ou mais dias da semana)



Feijão



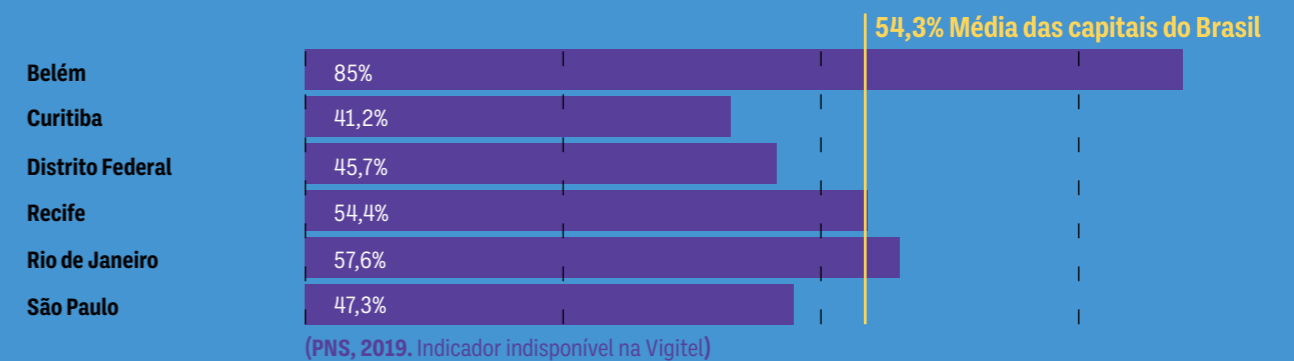
Percentual de adultos com consumo regular (cinco ou mais dias da semana)



Peixe



Percentual de adultos com consumo regular (cinco ou mais dias da semana) em relação ao total da população



Associado ao consumo insuficiente, há também a queda no consumo de alimentos saudáveis - como legumes, verduras, frutas, feijão e peixe - em comparação com as últimas pesquisas, ainda que haja uma oscilação entre consumo abaixo da média e/ou acima da média¹⁶ nas capitais selecionadas.

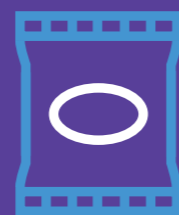
A redução do consumo de alimentos saudáveis está conectada com a tendência de aumento do consumo de alimentos não saudáveis¹⁷, propagandeados, muitas vezes, como convenientes para o ritmo de vida acelerado das grandes cidades.

¹⁶ Dados das diferentes pesquisas estão disponíveis [aqui](#).

¹⁷ Entre os marcadores de alimentação saudável estão o consumo de feijão e demais leguminosas, frutas, legumes, verduras, carnes e miúdos, cereais e tubérculos. Nos marcadores de alimentação não saudável estão, com destaque, os produtos ultraprocessados, como bebidas açucaradas, embutidos, sucos artificiais, guloseimas, salgadinhos de pacote, bolachas, biscoitos e macarrão instantâneo. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica*. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/marcadores_consumo_alimentar_atencao_basica.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

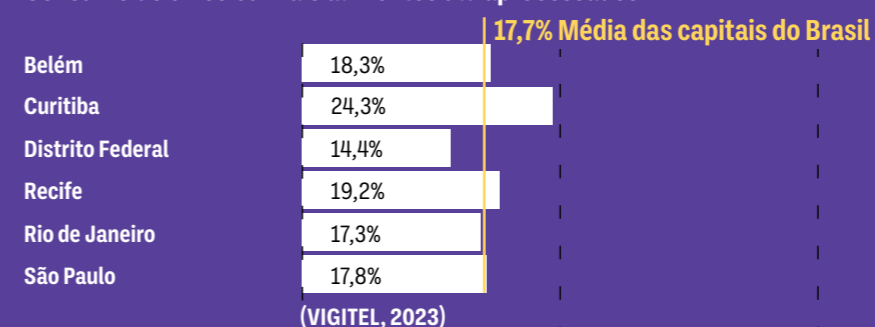
¹⁸ Entre os exemplos estão pedaços de bolo ou torta, doces, chocolates, balas e biscoitos/bolachas doces.

Alimentos ultraprocessados

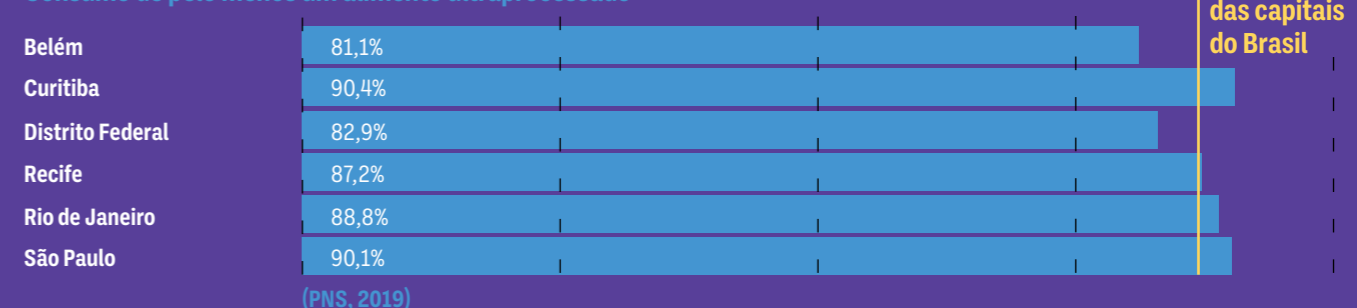


Percentual de adultos com consumo de alimentos ultraprocessados no dia anterior à entrevista

Consumo de cinco ou mais alimentos ultraprocessados



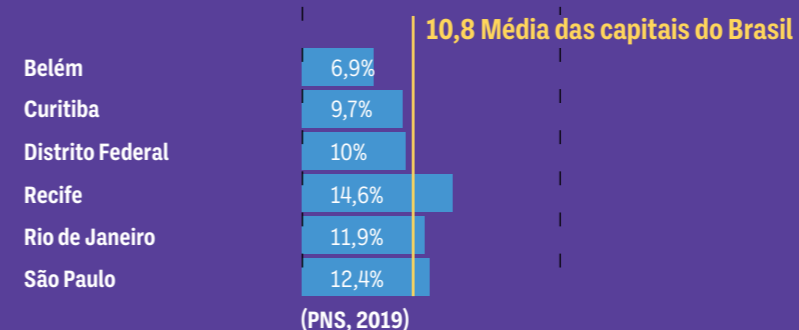
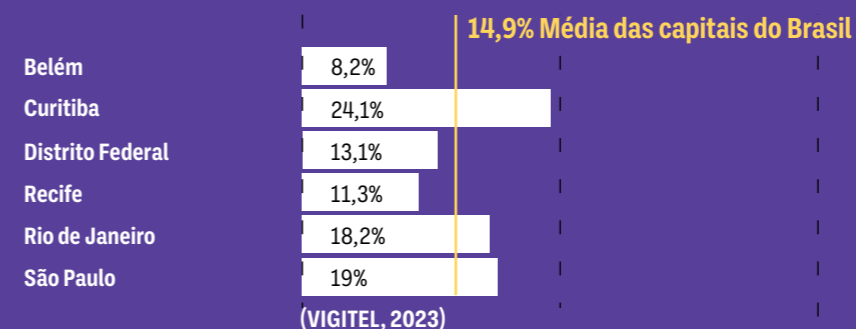
Consumo de pelo menos um alimento ultraprocessado



Refrigerantes



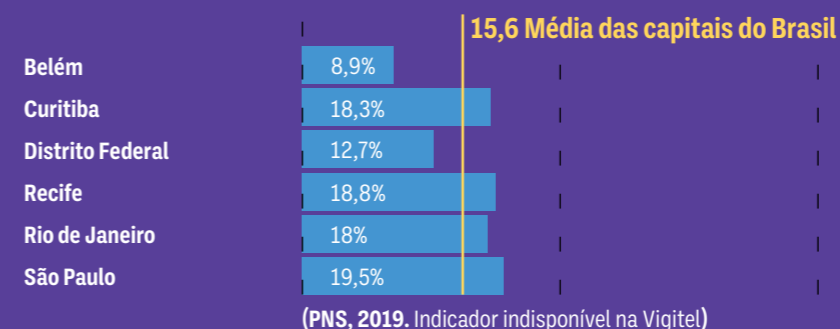
Percentual de adultos com consumo em cinco ou mais dias na semana



Doces¹⁸



Percentual de adultos com consumo em cinco ou mais dias na semana



Os marcadores de alimentação saudável indicam alto número de pessoas sem consumo regular (em cinco ou mais dias na semana) de frutas e hortaliças em todas as capitais selecionadas, com percentuais que variam entre 81,9% em Belém na pesquisa Vigitel 2023 e 52,7% em Curitiba na PNS 2019.

Apesar de Belém despontar negativamente no consumo de frutas, verduras e legumes, a cidade tem destaque no consumo regular de peixes (frequência de consumo de pelo menos uma vez na semana), um hábito da cultura alimentar regional. Segundo a PNS, apenas 15% não consumiam peixe uma vez por semana em Belém, em 2019, percentual muito abaixo da média das capitais brasileiras, que era de 45,7%.

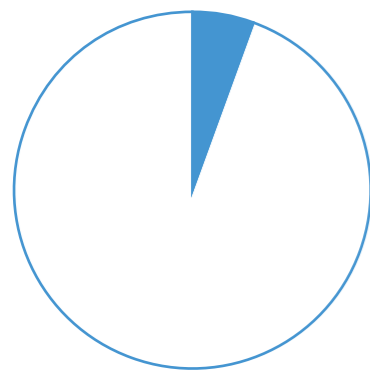
Sobre o feijão, o alimento ainda dispunha, em 2019, de uma média positiva de consumo na análise nacional, segundo a PNS. Para todo o Brasil, 68,3% consumiam e 31,7% não consumiam regularmente feijão em cinco ou mais dias da semana no período citado. Contudo, a média das capitais brasileiras mostra que 40,4% de pessoas não comiam feijão regularmente, em 2019, cerca de 10% maior que a média para o Brasil. Belém (58,6%), Curitiba (49,9%) e Recife (43,3%) são as capitais com menor consumo regular do feijão, com déficit mais alto que a média das capitais brasileiras nos dois inquéritos.

Segundo os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2018, a alimentação representava 14,2% do total das despesas familiares mensais, dividindo espaço no orçamento das famílias com outros gastos, como educação, transporte e habitação. No total de gastos específicos com alimentação, 67,2% ocorreram dentro dos domicílios e 32,8% fora de casa. Na distribuição das despesas mensais familiares com alimentação dentro de casa, as frutas, as verduras e os legumes representavam apenas 5,9% desse total.

Ainda segundo a pesquisa, com base no total da aquisição alimentar anual por quilograma, frutas e hortaliças representavam, em média, 19% do total da aquisição em 2018 (50,1 kg dos 262,6 kg referentes ao total domiciliar

Em 2018, apenas

5,9%



das despesas mensais familiares com alimentação foram gastos com frutas, verduras e legumes.

per capita). Na análise por regiões, o Norte (12%) e o Nordeste (17%) apresentavam percentual de aquisição de frutas e hortaliças por quilograma abaixo da média de 19% registrada para o Brasil no período.

Na análise do consumo alimentar pessoal¹⁹, por sua vez, o percentual de consumo do grupo de alimentos ultraprocessados já sinalizava, na POF 2018, um valor expressivo: 19,7% do total de calorias consumido por pessoa. Como referência, a participação relativa de frutas no consumo alimentar pessoal, segundo a mesma pesquisa, é de 3,1% e a de verduras e legumes de 1,9%. Ricos em gorduras saturadas, trans e industriais, açúcares e sal, os alimentos ultraprocessados oferecem muitas calorias, mas pouco ou nenhum nutriente necessário para a manutenção da saúde.

Por fim, é fundamental destacar que os alimentos ultraprocessados têm se tornado cada vez mais baratos. O preço dos refrigerantes, por exemplo, diminuiu 43% em 2021 em relação a 2006²⁰. Em comparação, de junho de 2006 a março de 2021, a inflação das frutas foi 89% maior que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)²¹. A produção de alimentos nas cidades pode contribuir para mudar esse cenário, aumentando a disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis a preços acessíveis, permitindo, assim, que a oferta e o preço das frutas, legumes e verduras não sejam mais um empecilho para o consumo adequado desses alimentos.

¹⁹ IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 2017-2018: Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

²⁰ ACT. Dinâmica e diferenças dos preços dos alimentos saudáveis e ultraprocessados no Brasil. Disponível em: https://actbr.org.br/uploads/arquivos/LO_ACT_relatorio-diferenca-e-dinamica-dos-precos_rev-05.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

²¹ Idem.

De acordo com a OMS, dietas saudáveis para adultos devem incluir:

1. **Apenas 30% da energia proveniente de gorduras**, considerando a eliminação de gorduras trans e industriais (alimentos industrializados, como biscoitos, cremes, congelados), e a mudança do consumo de gorduras saturadas (encontradas em carnes, manteiga, óleo de palma e coco, queijo, banha) para o de gorduras não saturadas (peixes, abacates, nozes e azeites);
2. **Menos de 10% de açúcares** em relação à ingestão calórica total;
3. **Pelo menos 400 g de frutas e legumes por dia**;
4. **Menos de 5 gramas de sal por dia**.

Fonte:
The State of Food and Agriculture 2023 (Food and Agriculture Organization – FAO) e Alimentação Saudável (Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS).

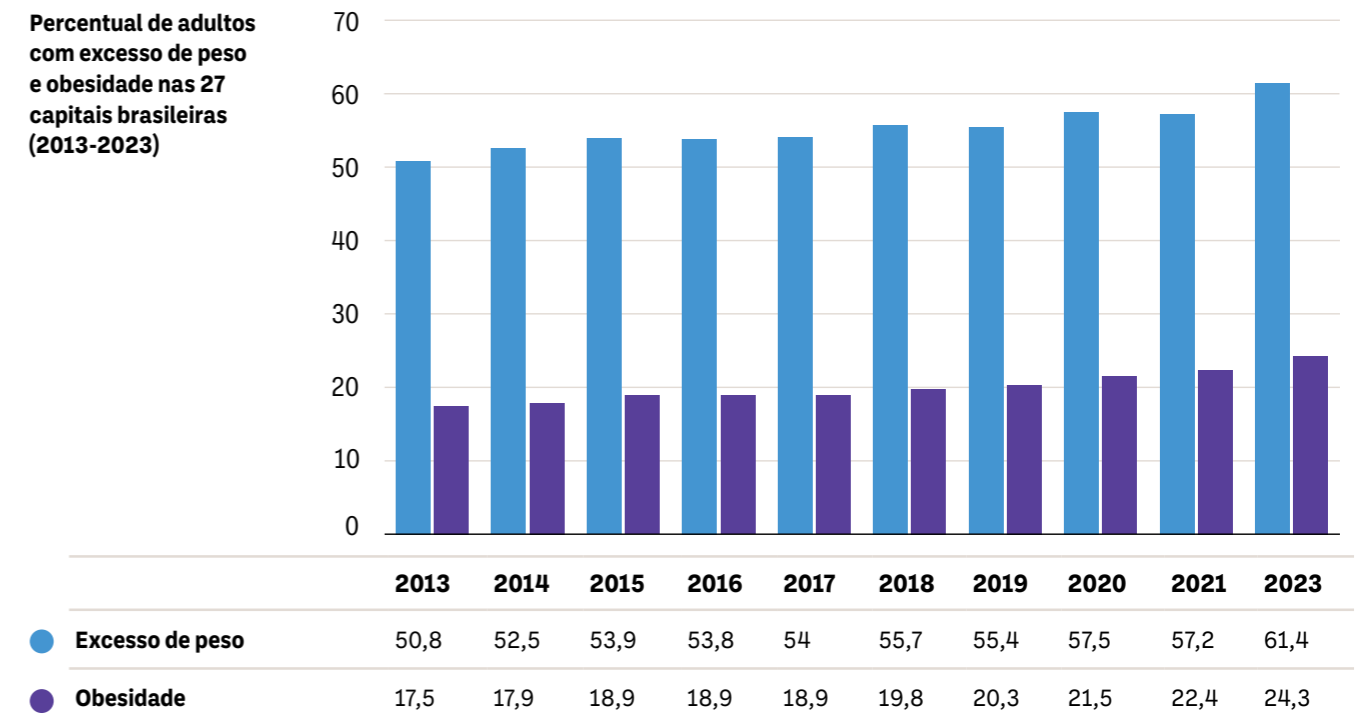


Como está a saúde nas capitais do país?

As pesquisas PNS e Vigitel demonstraram uma preocupante tendência de aumento dos indicadores de excesso de peso e obesidade na população adulta brasileira que vivem nas capitais.

Em 2023, uma média de 61,4% dos adultos das 27 capitais brasileiras (incluindo Distrito Federal) apresentavam excesso de peso, segundo a pesquisa Vigitel, como mostra o gráfico a seguir.

Fonte:
Vigitel Brasil 2006-2021 e Vigitel Brasil 2023.



Além de Belém (63,4%), Rio de Janeiro (65,2%) e São Paulo (61,7%), outras oito capitais ultrapassavam a média de 61,4%. A mesma pesquisa apontou que uma média de 24,3% dos adultos que vivem nas capitais apresentavam obesidade em 2023. Quinze capitais do Brasil, incluindo Belém (25,7%), Curitiba (24,5%), Recife (26,3%), Rio de Janeiro (26,2%) e São Paulo (24,3%), ultrapassavam e/ou se equiparavam à média de 24,3% calculada para as capitais em 2023.

O aumento também foi constatado pela PNS, que, em 2013, registrou 57% das pessoas de todo o país com excesso de peso, número que saltou para 60,3% em 2019. No caso da obesidade, a PNS de 2013 registrou 20,8%, e, em 2019, um total de 25,9% em todo o território nacional.

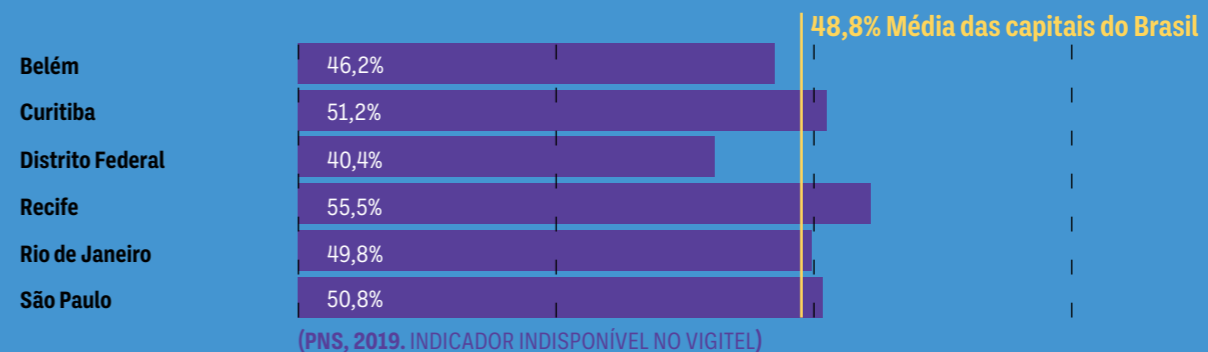
A má alimentação também se reflete no adoecimento por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como mostram os dados das duas pesquisas:

Na análise por regiões feita pela PNS 2019 sobre DCNT, o Sul e o Sudeste sempre despontam acima da média nacional nos indicadores apresentados. Já na análise por capitais, nas duas pesquisas, Belém figura recorrentemente abaixo da média das capitais, enquanto o Rio de Janeiro figura recorrentemente acima da média nos mesmos indicadores.

Pelo menos uma DCNT



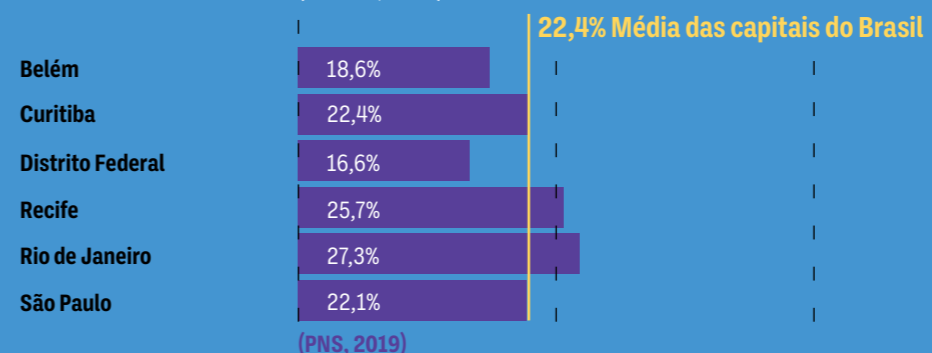
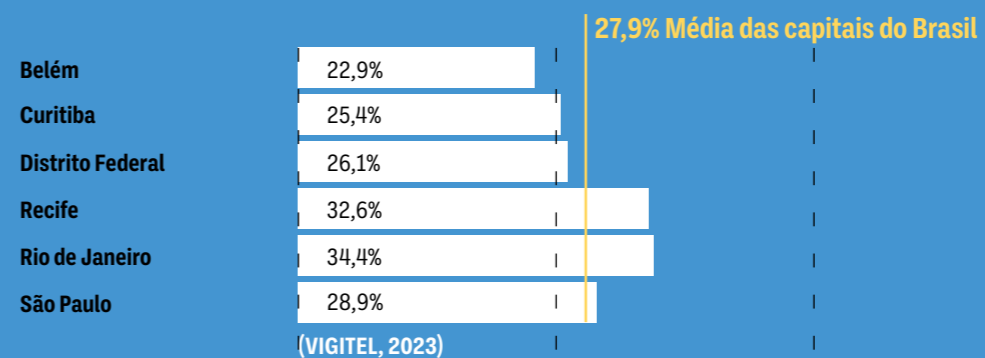
Percentual de adultos com diagnóstico médico autorreferido²²



Hipertensão arterial



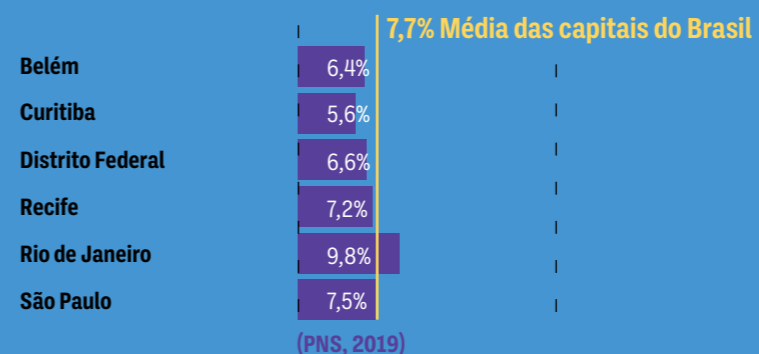
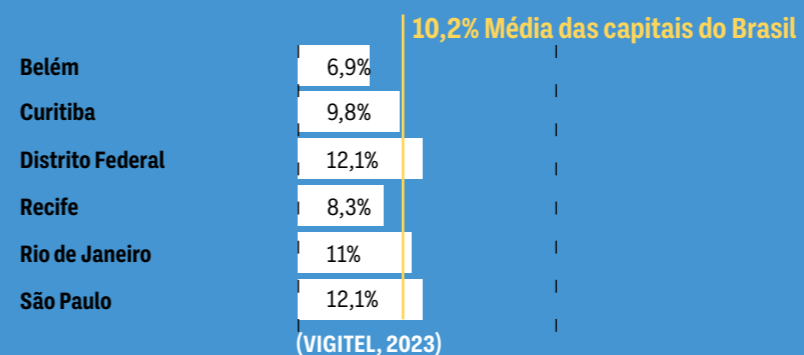
Percentual de adultos com diagnóstico médico autorreferido



Diabetes



Percentual de adultos com diagnóstico médico autorreferido



²²

Pessoas que declararam ter diagnóstico médico da doença.



Como conectar a produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas e a promoção da saúde nas cidades?

A oferta de alimentos saudáveis em quantidades adequadas e com preços acessíveis é o primeiro passo para garantir uma alimentação adequada para a promoção da saúde da população. Os territórios urbanos podem garantir essa oferta por meio da produção local de alimentos e sua conexão com mercados consumidores.

Pode não ser visível, mas existe agricultura nas cidades. Um levantamento feito pelo Instituto Escolhas²³ a partir de dados do Censo Agropecuário 2017 mostra que a agricultura emprega cerca de 285 mil pessoas nas regiões metropolitanas de Manaus, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiânia e São Paulo. É mais que o dobro do que emprega a indústria automobilística no país²⁴.

Além disso, é possível expandir essa produção, como mostraram outros estudos do Escolhas. Em Belém, por exemplo, a expansão da produção de alimentos nas cidades em 344 hectares de áreas potenciais – não utilizadas, subutilizadas e sem vegetação nativa – pode oferecer legumes e verduras para toda a cidade. Não só em lotes vazios é possível produzir alimentos, mas também nos quintais das casas, nos telhados, de forma vertical em galpões, embaixo de linhões de transmissão de energia, nas escolas, em unidades de saúde, em universidades, com agroflorestas em áreas de risco, em parques e praças.

Os municípios e o governo federal, juntos, podem e devem promover ambientes alimentares mais saudáveis nas cidades. Uma das estratégias é o fomento à produção local de alimentos. Cabe ao governo federal fortalecer as capacidades institucionais locais por meio de orientação, mobilização da sociedade (setor privado e sociedade civil) e oferta de recursos para incentivar a produção de alimentos nas cidades²⁵. O recém-lançado Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023), que está em fase de detalhamento de suas ações estratégicas, é uma boa oportunidade para isso. Quanto aos municípios, cabe garantir a implementação de políticas perenes e participativas de fomento à produção de alimentos – acesso à assistência técnica para uma produção sustentável, crédito, melhoria da gestão e da comercialização, regularização ambiental e fundiária – e sua conexão com outras políticas públicas, como as de promoção à saúde.

Porém, não basta fomentar a produção, é necessário também fazer com que esses alimentos cheguem aos consumidores, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A seguir, destacamos seis recomendações e boas práticas para gestores públicos conectarem produção de alimentos e promoção da saúde nas cidades.

²³ Ferreira J. et al. *A produção de alimentos nas metrópoles brasileiras*. Policy Brief nº 4. Instituto Escolhas, 2020.

²⁴ Cento e dezenove mil trabalhadores, segundo o *Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2022*. Disponível em: <https://anfavea.com.br/anuario2022/2022.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

²⁵ Instituto Escolhas. *Como o Governo Federal pode apoiar os municípios no fomento à produção local de alimentos?*. Sumário Executivo. São Paulo, 2023.

1

Identificar e promover a cessão de novas áreas ociosas²⁶ para a produção de alimentos, bem como regularizar as áreas produtivas já existentes.

Quem já está fazendo?

Cultivar Energia é um programa socioambiental desenvolvido pela empresa de energia elétrica Copel em parceria com prefeituras do estado do Paraná, incluindo Curitiba. O objetivo é viabilizar hortas comunitárias embaixo das linhas de transmissão de energia da Copel, como forma de prevenção de ocupação irregular, estímulo à segurança alimentar, melhoria ambiental do espaço urbano e possibilidade de geração de renda.

2

Identificar territórios urbanos com menor oferta e disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis a preços acessíveis para:

- a) Fomentar a implantação de unidades de produção local de alimentos nesses territórios.
- b) Fomentar a doação ou venda, a preços acessíveis, da produção local de alimentos para a população que vive nesses territórios.

Quem já está fazendo?

Hortas Cariocas é um programa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima do Rio de Janeiro, criado com o objetivo de implantar hortas comunitárias e institucionais, especialmente em territórios periféricos da cidade. Por meio de concessão de bolsas e da possibilidade de comercialização de 50% da produção das unidades pelos envolvidos, o programa, além de ampliar o acesso a alimentos saudáveis, visa gerar renda para pessoas em situação de maior vulnerabilidade social.

3

Conhecer a produção local para conectá-la aos consumidores.

Quem já está fazendo?

Sampa+Rural é uma iniciativa coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo com o objetivo de reunir informações sobre agricultura, turismo e alimentação local. Além de conectar agricultores e consumidores, a plataforma desenvolve selos para visibilizar, valorizar e reconhecer aqueles que produzem e comercializam produtos agropecuários produzidos na cidade.

4

Garantir acesso dos consumidores à produção local de alimentos por meio da criação e/ou do fortalecimento de feiras públicas.

Quem já está fazendo?

As Feiras Agroecológicas do Recife contam com o apoio da Secretaria-Executiva de Agricultura para incentivar a produção local, fomentar o encurtamento das cadeias de comercialização e criar espaços de compartilhamento de informações e saberes. Além de buscar a ampliação de participantes, a elaboração de diagnóstico tem ajudado o poder público a resolver problemas enfrentados pelos produtores, como logística e certificação.

5

Promover a aquisição de alimentos da agricultura urbana via compras públicas institucionais, em especial para equipamentos de segurança alimentar, como restaurantes populares e cozinhas solidárias.

Quem já está fazendo?

Tanto o decreto nº 11.802/2023, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), quanto o decreto nº 11.937/2024, que regulamenta o Programa Cozinha Solidária, passam a reconhecer como beneficiários os agricultores urbanos e periurbanos. Cabe às prefeituras e aos estados avançarem no apoio à regularização desses produtores para que eles possam dispor dos requisitos estipulados na legislação para a devida inclusão nas políticas.

6

Estimular a expansão de programas de hortas pedagógicas nas escolas, bem como em outros equipamentos públicos, como forma de incentivar a educação alimentar e nutricional.

Quem já está fazendo?

O projeto Hortas Pedagógicas é uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com a Embrapa, criado para estimular o consumo de hortaliças pelos estudantes e por suas famílias. Com foco em capacitação técnica, representa um ponto de partida para o fortalecimento da educação alimentar e nutricional e a adoção de novos hábitos alimentares

²⁶ Além de áreas ociosas (lotes vazios, não utilizados ou subutilizados, sem vegetação nativa), cabe igualmente estimular o fomento em áreas verdes, áreas de infraestrutura (espaços não edificáveis de redes de infraestrutura, como linhas de transmissão, oleodutos e gasodutos, ferrovias e rodovias), áreas livres em equipamentos públicos (escolas, hospitais, unidades prisionais etc.) e outras áreas privadas (quintais, terrenos, coberturas de edifícios, áreas comuns de condomínios, galpões etc.).



Realização



**CÁTEDRA
JOSUÉ DE
CASTRO** DE SISTEMAS ALIMENTARES
SAÚDAVEIS E SUSTENTÁVEIS

**Estudo idealizado pelo
Instituto Escolhas e pela
Cátedra Josué de Castro**

Como citar
Instituto Escolhas,
Cátedra Josué de Castro.
Promoção da saúde e a
produção de alimentos
nas cidades. Policy Brief
nº 7. São Paulo, 2024

ESCOLHAS.ORG
Siga o instituto
Escolhas



Licença Creative Commons
Esta obra está licenciada
com uma Licença Creative
Commons

Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional.

